OS JOGOS COMO ESTIMULADORES DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

PAULA MARIA DA SILVA

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo abordar a importância dos jogos na educação infantil, considerado fator fundamental para o desenvolvimento das aptidões físicas e mentais da criança. O motivo deste trabalho emergiu com base em observações realizadas nos momentos de brincadeira, onde foi possível constatar que essa atividade é entendida por alguns professores, apenas como entretenimento, e não como situação de aprendizagem que possibilita o desenvolvimento de várias habilidades. Assim, a partir destas observações surgiu o interesse em trabalhar com esse tema, com o intuito de compreender o lúdico a fim de abandonar a ideia de utilizar tais recursos apenas como passatempo e sim como ferramenta indispensável para o desenvolvimento da criança, pois brincar não é apenas recrear-se é experimentar o mundo. Para tanto, os estudos aqui apresentados se sustentaram teoricamente nos seguintes estudiosos: Vygotsky, Kishimoto, Zilma Ramos de Oliveira, Adriana Friedmann e Gisela Wajskop.

Palavras-chave: Jogos; Educação Infantil; Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

A escritora Paula Belmino descreve a criança como um ser completo até ser dividida por sensações de medo, de angústias e desilusões, de estabilidade e de engessamento e fragmentos que os adultos lhe oferecem em suas relações, abandonando-as à própria sorte de ser feliz ou não. A criança será, portanto, um adulto suficientemente forte ou modesto, capaz ou dependente de ajuda para mudar sua realidade mediante às oportunidades que seus responsáveis e condutores lhes acomodem na bagagem e na alma a paz, o direito de brincar e ser feliz, o de tentar e errar, o de viver sem medo, o de experimentar, correr, saltar, de viver e criar, de inventar e de se reinventar.

No contexto dos jogos e a educação infantil, a origem dos jogos remonta à Antiguidade, quando apresentava funções ritualístico-religiosas, sociais, comemorativas. Mesmo os jogos hoje considerados infantis (pipa, amarelinha, bola, corda etc.) estiveram presentes nas diversas culturas e são ligados, até hoje, ao sagrado. Nesse contexto, Ariès (1981), destacou:

> [...] partimos de um estado em que os mesmos jogos e brincadeiras eram comuns a todas as idades e a todas as classes. [...] Essa sobrevivência popular e infantil outrora comum a toda a coletividade preservou também uma das formas de divertimento mais gerais da antiga sociedade: o disfarce, a fantasia. Os romances do século XVI ao XVIII estão cheios de histórias de disfarces: rapazes vestidos de mulher, princesas vestidas de pastoras etc. Essa literatura traduz um gosto que sempre se expressa nas festas sazonais ou ocasionais: festas de Reis, terça-feira gorda, festas de novembro. (ARIÈS, 1981, p.124).

Essa descrição que o autor faz dos jogos da antiguidade, vem a confirmar que, naquela época, tanto os adultos como as crianças partilhavam das mesmas brincadeiras, tanto para se divertir quanto para seguir rituais religiosos. De acordo com as teorias que embasam o brincar, pode-se afirmar que não há entendimento único do significado dos termos: jogo, brinquedo e brincadeira. Por essa razão, a seguir apresentam-se algumas definições com intuito de esclarecer os conceitos e favorecer a compreensão desses termos e de sua função no processo de ensino e aprendizagem na educação infantil.

A Legislação que Garante o Direito das Crianças ao Atendimento em Creches e Pré-escolas

A partir da década de 60, o Brasil sofreu avanços significativamente importantes no âmbito educacional, graças a forte influência dos órgãos governamentais, bem como, da sociedade civil que reivindicaram e questionaram o atendimento em creches na faixa etária de 0 a 6 anos de idade considerando que eles deveriam ser garantidos e reconhecidos como direito da mãe trabalhadora. Esse movimento de alcance mundial refletiu na Constituição Federal de 1988, que do ponto de vista legal, assegurou o direito das crianças de serem educados em creches e pré-escolas, independente da classe social que ela pertença ou da condição profissional da mãe.

Assim, a Constituição Federal, Brasil (1988), no artigo 208, inciso IV afirma:

> O dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
>
> IV - Atendimento em creches e pré-escolas as crianças de 0 a 6 anos de idade.

A conquista desse direito representou uma mudança significativa na realidade educacional brasileira, principalmente nas creches e pré-escolas, que passaram a ser reconhecidas como instituição educativa e não mais assistencial.

Dessa maneira, na década de 90, o Brasil presenciou uma conquista extremamente importante, pois a educação infantil foi definida como a primeira etapa da

educação básica, como afirma o artigo 29 da referida lei:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, complementando a ação da família de comunidade. (C.F, 1988, art.29).

Também foi promulgado em julho de 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - lei n. 8069/90, que em seu artigo 53 reforça:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho assegurando-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Os avanços acima descritos originaram uma série de mudanças e impulsionaram a elaboração do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil no Brasil o RCNEI, cuja publicação ocorreu em 1998. Trata-se de um documento que se constitui a partir das concepções de criança, infância e educação, como um elemento orientador de ações na busca da melhoria de qualidade no ensino voltado para o público infantil a fim de que sejam respeitadas as necessidades pedagógicas da criança.

Para tanto, o RCNEI (1998), é dividido em três volumes. O primeiro volume é nomeado de Introdução e apresenta uma reflexão sobre creches e pré-escolas no Brasil, além de situar e fundamentar concepções de criança, de educação, de instituição e do educador infantil, utilizadas para definir os objetivos gerais da educação infantil, além de auxiliar na orientação da organização dos outros dois volumes. Nele é traçada a organização do documento, que visa estabelecer referências e orientações pedagógicas de modo que se promovam e ampliem as condições necessárias para a qualidade do ensino visando o exercício da cidadania das crianças brasileiras. Sua função é contribuir com os programas de educação infantil apoiando os sistemas de ensino com princípios pautados nas especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de 0 a 6 anos.

O documento propõe, a partir da concepção de criança, a indissociabilidade do educar e cuidar afirmando que: "Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis". (BRASIL, 1998, v.1, p. 23).

Diante disso considera que A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. "Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades." (BRASIL, 1998, v1, p.24).

Prevê a crença nas capacidades do educando, o compromisso com ele, com sua singularidade, sendo solidário com suas necessidades, o que está intimamente ligado com a construção de vínculo, interessando-se pelo que a criança pensa e sente, visando a ampliação deste conhecimento e de suas habilidades, que aos poucos a tornarão mais independente e autônoma.

O documento define a autonomia como a capacidade de tomar decisões por si próprio, ao considerar as crianças como seres com vontade própria, capazes e competentes para a construção de conhecimento, e interferir no meio em que vivem dentro de suas possibilidades.

Neste contexto discute o papel do brincar para o desenvolvimento destas competências e habilidades, auxiliando-as a superar progressivamente suas aquisições de forma criativa, contribuindo para a interiorização de modelos do

Nesta situação o professor tem papel fundamental segundo o referencial: "é preciso ter professores que sejam comprometidos com a prática educacional, capazes de responder às demandas familiares e as questões específicas relativas aos cuidados e aprendizagens infantis". (Brasil, 1998, v1. p.41).

O volume 2: Formação Pessoal e Social contém o eixo de trabalho que favorece, prioritariamente, os processos de construção da Identidade e Autonomia das crianças. Nele estão traçadas a concepção que norteia este referencial: "A construção da identidade e da autonomia diz respeito ao conhecimento, desenvolvimento e uso dos recursos pessoais para fazer frente as diferentes situações da vida". (Brasil, 1998 v.2 p.13)

Segundo o RCNEI a identidade é constituída por todas as características que diferem uma pessoa da outra como: nome, características físicas, modos de agir, pensar e história pessoal. Este processo é gradativo e é conquistado de acordo com as interações sociais estabelecidas pelas crianças, nas quais, ela alternadamente imita e se confunde com o outro para diferenciar-se dele.
Nesta construção da identidade o meio em que a criança interage é fator fundamental: família, relações sociais, diversidade étnica

e cultural. O ingresso na instituição infantil também é muito importante. "[...] Em vista da possibilidade de conviverem com outras crianças e com adultos de origens e hábitos culturais diversos, de aprender novas brincadeiras, de adquirir conhecimentos sobre realidades distantes". (BRASIL, 1998, v.2 p13).

O RCNEI aponta que a partir do momento que a criança gradualmente percebe-se e percebe o outro como diferentes, passam a acionar seus próprios recursos o que representa uma condição essencial para o desenvolvimento da autonomia. Para tanto é preciso planejar situações em que as crianças dirijam suas próprias ações levando em consideração recursos individuais e os limites inerentes ao ambiente.

Desde muito pequenas, é visível o esforço das crianças em reproduzir gestos, expressões faciais e sons existentes no seu contexto social. "Na fase dos dois aos 03 anos a imitação entre crianças pode ser uma forma privilegiada de comunicação e para brincar com outras crianças. A oferta de múltiplos brinquedos do mesmo tipo facilita esta interação". (BRASIL,1998, v2, p.21).

De acordo com este documento, ao brincar a criança utiliza diferentes recursos como a atenção, a imitação a memória e a imaginação. A partir destas vivências pode-se observar a coordenação destas experiências prévias, através da repetição daquilo que já conhecem, ativam a memória e utilizam seus conhecimentos ampliando-os e transformando-os por meio de uma nova situação imaginaria.

Por fim, o volume 3, intitulado Conhecimento de Mundo apresenta seis documentos relativos aos eixos de trabalho orientados para - a construção das diferentes linguagens pelas crianças e para as relações que estabelecem com os objetos de conhecimento, sendo estes: "Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática". (BRASIL, 1998, 1v, p.07).

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), a instituição de Educação Infantil de zero a três anos deve proporcionar um ambiente de acolhimento que dê segurança e confiança, e que garantam alguns aspectos, como: experimentar e utilizar os recursos de que dispõem para a satisfação de suas necessidades essenciais; familiarizar-se com a imagem do próprio corpo; interessar-se progressivamente pelo cuidado com o próprio corpo, executando ações simples relacionadas à saúde e higiene. Quanto ao conteúdo, estas instituições devem assegurar:

Reconhecimento progressivo do próprio corpo e das diferentes sensações e ritmos que produz; identificação progressiva de algumas singularidades próprias e das pessoas com as quais convive no seu cotidiano em situação de interação; realização de pequenas ações cotidianas ao seu alcance para que adquira maior independência; participação em brincadeiras de esconder e achar e de imitação; participação e interesse em situações que envolvam a relação com o outro, dentre outras.

Segundo o RCNEI, educar significa:

Propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. (BRASIL, 1998, 1v, p.23).

Diante do acima exposto pode-se considerar que o educar favorece situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagens que orientadas de forma integrada contribuem no desenvolvimento de capacidades infantis de relação interpessoal:

[...] de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis. (BRASIL, 1998, 1 v, p. 23).

Cuidar, educar e brincar conceitos tão distintos, porém interligados e indissociáveis. Para que as crianças possam exercer sua capacidade de criar deve haver uma riqueza de diversidade nas experiências que a elas são oferecidas, sejam voltadas para brincadeiras ou aprendizagens por meio de uma intervenção direta.

Pois, ainda de acordo com o RCNEI (1998):

A brincadeira é uma linguagem infantil que mantém um vínculo essencial com aquilo que é o "não-brincar". Se a brincadeira é uma ação que ocorre no plano da imaginação isto implica que aquele que brinca tenha o domínio da linguagem simbólica. Isto quer dizer que é preciso haver consciência da diferença entre existência e realidade imediata que lhe forneceu conteúdo para realizar-se. (Brasil, 1998; p.27).

Por todo esse contexto é possível compreender que a lógica que permeia a educação infantil contemporânea propõe que o brincar faz parte da infância, garantindo um espaço de liberdade em que a criança pode repetir o aprendido para não desaprendê-lo e exercitando esse seu poder permite criar, recriar novas situações. Vale ressaltar que o desenvolvimento da criança se processa

através do ato de brincar, que acontece em vários momentos e situações. A criança é um ser social, que nasce com capacidades afetivas, cognitivas e emocionais e tem necessidade de interagir com o meio.

O RCNEI, (1998) define ainda que:

No ato de brincar, os sinais, os gestos, os objetos e os espaços valem e significam outra coisa daquilo que aparenta ser. Ao brincar, as crianças recriam e repensam os acontecimentos que lhes deram origem, sabendo que estão brincando". (BRASIL, 1998; p. 27).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), também reservou uma seção inteira, destinada às normas para o atendimento na Educação Infantil, como se segue:

SEÇÃO II – Da Educação Infantil

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I – avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;

II – carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;

III – atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;

IV – controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;

V – expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Dessa forma, hoje, observa-se que o atendimento das crianças da educação infantil, não se restringe aos cuidados pessoais do educando, tampouco tem aspecto assistencialista, e sim, esse atendimento está pautado nos aspectos pedagógicos e no processo de ensino e aprendizagem, sem se descuidar dos cuidados com a higiene, alimentação e saúde dos educandos. A criança, a partir do seu nascimento, inicia seu processo de aprendizagem, porém, é importante ressaltar que seu desenvolvimento dependerá do recebimento dos estímulos do meio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho visou colaborar com pais e professores sobre o entendimento dos benefícios que os jogos e as brincadeiras infantis oferecem às crianças, buscou-se pesquisar mais a fundo para se fundamentar essas alegações. Com base em pesquisas bibliográficas de grandes teóricos, chega-se à conclusão de que os jogos e as brincadeiras propiciam o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças nos mais variados aspectos.

Constatou-se que ao brincar de faz-de-conta, as crianças buscam imitar, imaginar, representar e comunicar de uma forma específica que uma coisa pode ser outra, que uma pessoa pode ser uma personagem, que uma criança pode ser um objeto ou um animal, que um lugar "faz-de-conta" que é outro. Brincar é, assim, um espaço no qual se pode observar a coordenação das experiências prévias das crianças e aquilo que os objetos manipulados sugerem ou provocam no momento presente. Pela repetição daquilo que já conhecem, utilizando a ativação da memória, atualizam seus conhecimentos prévios, ampliando-os e transformando-os por meio da criação de uma situação imaginária nova. Brincar constitui-se, dessa forma, em uma atividade interna das crianças, baseada no desenvolvimento da imaginação e na interpretação da realidade, sem ser ilusão ou mentira. Também tornam-se autoras de seus papéis, escolhendo, elaborando e colocando em prática suas fantasias e conhecimentos, sem a intervenção direta do adulto, podendo pensar e solucionar problemas de forma livre das pressões situacionais da realidade imediata.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. 2.ed. – Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BROUGÈRE, Gilles. Jogo e Educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

BRASIL. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 40 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. Lei 8.069/1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. Lei nº 9.394/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 10 ago. 2023.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.